



**Sessão Solene com entrega de  
Condecorações a Cidadãos e  
Instituições de Reconhecido Mérito**

*Jardins do Palácio Marquês de Pombal*

*7 de junho 2023 | 11H00*

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE OEIRAS**

Senhora Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhoras e Senhores Vereadores,  
Senhora Juiz Coordenadora do Tribunal de Oeiras,  
Senhor Procurador Dirigente da Comarca de Oeiras e  
Cascais,  
Senhor Comandante Metropolitano de Lisboa,  
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e  
Uniões de Freguesia,  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Senhoras e Senhores homenageados,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Cumprimos hoje o nosso dever, na qualidade de representantes eleitos pelo Povo de Oeiras, de prestar a devida homenagem à celebração da data de atribuição da autonomia ao nosso Concelho.

Oeiras, apesar de ter tido o seu foral tardiamente, mais de 6 séculos após a independência nacional, teve, ao longo do tempo, grande centralidade na política nacional.

Nos tempos antigos pela presença remota de humanos no nosso território. Mais tarde, Oeiras destacou-se pela produção agrícola e pelas primeiras indústrias, destacando-se, numa primeira fase a Fábrica da Pólvora de Barcarena e os Fornos da Cal, em Paço de Arcos.

Do século XVI até meados do século XX surgiram exemplos de grandes empresas, como a Fundação de Oeiras, a Autosil, em Paço de Arcos, e a Lusolite e os Fermentos Holandeses, na Cruz-Quebrada.

Com as diferentes vagas de transformação industrial, estas foram-se modernizando, até entrarem em decadência, na entrada do último quartel do século XX.

É, nessa fase, que Oeiras conheceu um novo impulso em matéria de desenvolvimento, substituindo as indústrias poluentes e a agricultura, que se tornara progressivamente insipiente e pouco competitiva, por aquilo que se designava de terciário superior, relativo a serviços com utilização intensiva de conhecimento.

Nesses anos, para além da transformação do modelo de desenvolvimento económico, aplicou-se, pela primeira vez no Concelho, uma ideia e uma visão para o mesmo.

Apesar de Oeiras ter tido sempre importância nacional, pela sua centralidade na região de Lisboa e proximidade da capital, a verdade é que isso não se refletia na qualidade de vida das pessoas.

O contexto polinucleado do território, sem vias de ligação adequadas entre esses núcleos, um modelo económico ultrapassado – marcado pela agricultura sem condições para vingar e por indústrias poluentes, a falta de saneamento básico, os bairros de génese ilegal e a profusão dos bairros de barracas, criaram as condições para fazer do Concelho um

subúrbio deprimido, com focos de qualidade de vida, mas sem identidade e sem uma ideia de Concelho.

A tendência ia no sentido da transformação de Oeiras num dormitório de Lisboa, facto que se acentuou nas décadas de 1960 a 1980.

Os fluxos de tráfego decorriam intensamente de manhã, para Lisboa; ao fim da tarde, de Lisboa para Oeiras, onde as pessoas vinham dormir, sem uma identificação sentida por este território.

Oeiras era, nessa altura, um Concelho com indicadores de segurança muito preocupantes, sem o devido policiamento e com pouca iluminação pública. Havia zonas com assaltos permanentes e nichos de narcotráfico que impediam qualquer ideia efetiva de segurança da população.

Quem se lembra da Pedreira dos Húngaros, do Jamor, do Alto de Santa Catarina, do Alto dos Barronhos, da Estrada da Circunvalação ou do Caminho do Mocho?

Nesse contexto, falar em qualidade ambiental parecia uma miragem. As ribeiras e linhas de água estavam poluídas e distantes da população. A frente ribeirinha estava vedada, o passeio marítimo nem sonho era. Não havia espaços verdes de fruição e a limpeza urbana e recolha de tratamento de resíduos sólidos urbanos era deficitária. Espaços verdes, então, havia, adjacentes à Marginal, o Jardim de Algés, o Jardim de Paço de Arcos e o Jardim de Santo Amaro de Oeiras.

De então, para o que hoje vivemos, parece ter sido um pequeno salto, mas não foi, foi muito mais do que isso. O que era formalmente um Concelho, isto é, que existia administrativamente como Município, mas que não era uma comunidade, foi transformado. A distância que separava a sede de Concelho, Oeiras, de Porto Salvo, não era apenas de 4 quilómetros, era décadas de atraso e abandono das populações. O mesmo aplicando-se a localidades como Leceia, Valejas ou Linda-a-Pastora.

Já poucos se recordam da velha Estrada dos Cavalinhos...

Não se confunda o que foi feito em Oeiras, nas últimas décadas, com meramente "fazer umas coisas". Fazer obras, muitos fazem. Todavia, "fazer obra", numa comunidade, implica ter uma ideia de desenvolvimento para um território, para uma comunidade. Implica ter pensamento estratégico, visão política e, posteriormente, aplicar uma lógica de harmonização territorial, com vista ao bem-estar de todos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A transformação de Oeiras, mais do que no território, teve lugar ao nível das pessoas. Por um lado, por se terem conseguido índices de qualidade de vida e de bem-estar geral referenciais, por outro, por terem sido dadas às pessoas deste Concelho uma perspetiva de vida, de futuro. A qualidade ambiental, a qualidade e dimensão dos

equipamentos, a qualidade na educação, a qualidade na saúde. Tudo isto transformou a vida das pessoas, dando-lhes futuro.

Essa perspectiva de futuro é dada às pessoas quando estas recebem uma casa pública, quando a sua situação económica não lhes permite ter meios para arrendar casa, aos preços de mercado.

As políticas de habitação do Município de Oeiras datam de há mais de 35 anos, quando estas eram claramente competência do Estado Central. Antes mesmo do Governo da República aprovar o Plano Especial de Realojamento das barracas, Oeiras já tinha erradicado um terço das barracas que manchavam o nosso território. Em 1993, já o Município construirá mais de 1800 casas!

Então, como agora, não nos focámos em quem residia a competência, focámo-nos nas pessoas. Antes mesmo do atual Governo ter aprovado o seu programa de habitação, Oeiras já tinha diversos programas de habitação na forja, o que nos permite estar hoje, e uma vez mais, à frente no tempo: cerca de 12% das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência destinadas à habitação estão já alocadas a Oeiras: **300 milhões de euros. Mais de 1500 casas públicas na forja!**

A Política de habitação foi a pedra-toque de todas as transformações subsequentes que o Concelho conheceu.

Governar implica ter a sensibilidade necessária para sentir a dor das gentes que servimos. No caso de uma família sem casa, o sofrimento pede sempre pressa. E nós temos sempre pressa de mudar vidas!

A perspectiva de futuro também é dada, quando o Município aprova, em situação de emergência familiar, apoios especiais, no quadro do Fundo de Emergência Social, que implementámos há mais de 10 anos. Não confundimos a existência de uma classe média forte, decorrente do estado de desenvolvimento do Município, com a subsistência de muitas famílias que precisam de apoio público, e que não podem ser deixadas para trás.

Este apoio pode consistir numa pequena verba para pagar rendas em atraso, evitando um despejo ou para poder arrendar uma casa, complementando o orçamento familiar disponível. Pode ser o necessário para pagar a água ou a eletricidade em atraso, ou necessidades de aquecimento do alojamento para o necessário conforto térmico, evitando cortes que põem em causa o bem-estar e a estabilidade de uma família. Pode ser, no limite, o apoio necessário para uma família, que nunca pensou cair em estado de necessidade.

Também é dar perspectiva de futuro, ou de vida, quando, através da “política de apoio ao medicamento”, o Município suporta 50% do valor da fatura de medicamentos para os seniores em situação de carência, os quais, sem este apoio,

não poderiam adquirir os medicamentos que são essenciais à sua vida.

Mas a perspectiva de futuro também é dada em situações de construção do próprio futuro, como aquele que é dado na educação. Definimos, como objetivo, em 2017, ter em Oeiras os melhores alunos do País. Estamos a seguir esse objetivo em diversos níveis.

Através do fornecimento das ferramentas de ensino (quadros, computadores ou tablets,) que permitem, aos que têm menos, atenuar as diferenças de origem social, libertando talentos e potenciando a igualdade de oportunidades – como na construção ou remodelação de escolas.

Estamos também a apoiar o apoio ao estudo, em projetos concretos, permitindo a melhoria da aprendizagem e dos resultados escolares.

Ainda neste capítulo, permitam-me que diga que um dos projetos de que mais me orgulho é o da universalização do acesso ao ensino superior.

Os jovens de Oeiras, que terminam o ensino secundário, e que queiram prosseguir os seus estudos podem livremente fazê-lo com apoio de bolsa municipal, bastando, para tal, que façam prova da insuficiência económica das suas famílias. Sem números clausus, sem limites: das 33 bolsas atribuídas, em 2017, passámos para cerca de 1000 bolsas, no corrente

ano letivo. É uma revolução silenciosa, aquilo que temos feito, em matéria de igualdade de oportunidades.

É pois, com satisfação que fomos reconhecidos como Autarquia do Ano, no âmbito das políticas de educação.

É exatamente pela aposta nestas políticas que dizemos que a obra maior não diz respeito às obras que marcam o território, diz respeito à esperança que é possível existir em Oeiras e às perspetivas de futuro que continuamos a abrir.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Oeiras tem sido, e continua a ser uma terra de esperança, que tem ousado ter sonhos e ambição do tamanho da nossa capacidade de realização. Ousamos ambicionar e ousamos transformar a realidade, mesmo em contextos de forte descrença nacional.

Somos, hoje, cidadãos de um País que parece adiado. Nas reformas, nas obras essenciais e no cumprir do “contrato” que é direito e expectativa dos cidadãos, numa democracia liberal ocidental.

Os serviços públicos parecem estar à beira do caos, os servidores públicos sucedem-se em greves e os próprios direitos parecem estar em retração.

De certo modo, e para quem conheceu o País das décadas de 1980 e de 1990, Portugal parece ter parado na viragem do século, parece ter desistido de sonhar.

Num Portugal demasiado marcado pela falta de esperança, de sonho e de ambição, Oeiras é cada vez mais, a “terra dos sonhos, onde a gente trata a gente toda por igual”.

As transformações introduzidas no modelo de desenvolvimento de Oeiras, das últimas décadas, transformaram-nos na 2ª economia nacional, logo após a capital, com indicadores de desenvolvimento socioeconómico e de sustentabilidade referenciais.

Se, na economia, somos os segundos na faturação empresarial de empresas não financeiras, liderando claramente na capacidade tecnológica integrada, Oeiras é referência em diversos indicadores, com reflexo nos prémios que o Município recebe, pela excelência da sua performance.

Só nos últimos meses recebemos diversas distinções.

Nos prémios da Plataforma ODS Local, Oeiras recebeu o prémio pelo “Melhor Conjunto de Boas Práticas”, tendo recebido ainda dois Selos ODSlocal, uma certificação que distingue os municípios “que evidenciam um elevado grau de compromisso com a sustentabilidade local nas categorias ‘Desempenhos Municipais’ e ‘Dinâmicas Municipais’.

Fomos o único Município da Área Metropolitana de Lisboa a receber três distinções, liderando o ranking regional, bem como o nacional.

Mais recentemente, nos prémios "Autarquia do Ano", do "Lisbon Awards Group" e do jornal "Eco", Oeiras recebeu três prémios. O Grande Prémio, com a iniciativa 'Um Livro, Uma Comunidade', na categoria Cultura e Património – Literatura; e, dois prémios: na categoria Cultura e Património – Gastronomia, com o evento 'Há Prova', e na categoria Educação – Incentivo ao Sucesso Escolar, com o programa 'Bolsas de Estudo e de Mérito – Bolsas para Todos'.

A nossa preocupação com o ambiente, com a sustentabilidade e biodiversidade de Oeiras não é de hoje, nem é resultado de uma qualquer moda. Aprendemos com os melhores, nesta matéria.

Recordamos o papel extraordinário, de entre muitos outros, do Professor Manuel Mota, um grande cientista português, investigador durante muitos anos na antiga Estação Agronómica Nacional, nas áreas da biodiversidade, do paisagismo e do ambiente, que ouvia, com frequência, por iniciativa do próprio, que muito influenciou as políticas públicas de Oeiras, no capítulo da biodiversidade. Não foi por acaso que fomos o primeiro município português a desenvolver iniciativas de recolha seletiva e reciclagem, a par de outros 11 municípios europeus.

Também aqui, não foi obra do acaso a recuperação de que foram objeto as ribeiras do Concelho, um projeto que levou décadas, mas que hoje está bem á vista, com o regresso de espécies que se julgavam perdidas.

De recordar que temos vindo a ser, sucessivamente, galardoados com a bandeira verde "Eco XXI", reconhecendo o trabalho do Município de Oeiras na educação ambiental, integrando o top 10 nacional nesta matéria.

O bem-estar de que Oeiras hoje usufrui, e que estes prémios reconhecem, não foi algo que se obteve de um dia para outro. O planeamento de cidade faz-se a 30 anos, pelo que hoje vamos vendo acontecer algo que planeámos há 3 décadas, sem saber se iríamos ser nós a governar, mas deixando o Concelho organizado a longo prazo.

Como no passado, estamos hoje a plantar, árvores sob cujas sombras não nos esperamos sentar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Dissemos, há pouco, que temos sempre pressa. Temo-la porque o futuro não é algo distante, o futuro é já hoje. Mas o futuro só se constrói conhecendo o caminho percorrido no passado, encontrando, nesse passado, os alicerces do futuro.

A recuperação do nosso património comum tem sido uma preocupação constante, em Oeiras. Seja no património

imaterial, como com o vinho de Carcavelos, seja nas intervenções de recuperação patrimonial, em curso ou já projetadas.

Já é bem visível a recuperação realizada no Palácio do Marquês de Pombal e seus jardins. Pela primeira vez, objeto de uma intervenção de remodelação global, desde a sua construção, no século XVIII.

Este palácio faz parte, juntamente com os seus Jardins, a Adega e a Quinta de Cima, de um conjunto patrimonial único no nosso País. Mais de 120 hectares e património edificado de valor histórico inestimável.

Os jardins estão há muito estão abertos ao público. A adega foi recuperada, há cerca de 10 anos. A Quinta de Cima, cuja gestão foi entregue ao Município em 2021, tem a sua requalificação em curso, com obras de recuperação do património histórico (Casa da Pesca, Fonte do Ouro ou Cascata do Taveira) e dos seus espaços verdes.

Com a conclusão do novo edifício administrativo da Câmara Municipal, no próximo ano, o Palácio do Marquês de Pombal será disponibilizado à população, devendo receber um dos mais importantes polos culturais do País.

Pela primeira vez este palácio será entregue ao Povo: pertenceu a Sebastião José de Carvalho e Mello e aos seus herdeiros; foi depois adquirido, no pós-II Guerra Mundial, pela Fundação Gulbenkian, que ali permitiu a instalação do

Instituto Nacional de Administração; tendo sido finalmente objeto de aquisição pelo Município, em 2002, permitindo que o INA continuasse no local, até 2012, estando agora ocupado com serviços do Município.

Com a construção do novo edifício municipal serão libertados 5 espaços atualmente com serviços, que passarão agora a ter novas funções. Todavia, a libertação do palácio, por si só, seria justificação suficiente para o novo edifício, que também permitirá ganhos substanciais de conforto pelos funcionários, permitindo melhor gestão e mais eficiência nos serviços prestados.

Em Carnaxide, vai entrar em obra brevemente uma importante intervenção de requalificação no Santuário da Senhora da Rocha e seus jardins, na senda do que vimos fazendo, ao considerarmos o património religioso como integrante da nossa cultura e da memória viva do Povo.

Iremos também abrir em breve o concurso público para o projeto de recuperação do Mosteiro da Cartuxa, onde nascerá um importante centro de arte contemporânea, materializando o previsto no projeto Oeiras'27, que visava transformar Oeiras numa referência a nível cultural.

Continuamos também a negociar com as Forças Armadas a passagem para gestão municipal dos fortes que marcam a nossa linha de costa, procurando potenciá-los a nível cultural e turístico.

A sabedoria de manter o que é o nosso património comum, enriquecendo-o, de modo a que o nosso desenvolvimento não venha a ser um peso para as gerações futuras, marca permanentemente as nossas políticas. Também no enriquecimento das nossas zonas verdes, como é exemplo o trabalho já realizado no eixo-verde e azul, cujo projeto do próximo troço está concluído, devendo ser lançado concurso para obra no próximo ano.

Outra importante obra do nosso património, que marca o nosso presente e lança o nosso futuro, é o Parque dos Poetas. Uma obra referencial, enquanto parque público e parque escultórico, que se assume como referência nacional e internacional e que, dia a dia, é objeto de mais e mais apropriação pelas pessoas.

Se o Parque dos Poetas, com os seus 25 hectares, marcou uma importante fase do Concelho, o Parque dos Marinheiros (chamemos-lhe, por enquanto, assim), que nascerá nos terrenos da Radio Naval, em Linda-a-Velha, com os seus 30 hectares, será uma nova referência nos espaços verdes do Concelho. Com menor pendor escultórico, e mais naturalizado, será um importantíssimo espaço de descompressão e de fruição no espaço urbano, de Oeiras – estando em vias de concluir as negociações com o Governo da República que permitirão a sua construção.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A preparação do futuro passa, naturalmente, por perceber as tendências e os desafios com que nos deparamos, nos próximos anos.

É um lugar comum dizer-se que vivemos tempos de transição, uma vez que a principal característica de qualquer sistema é a sua própria dinâmica e que, a vida contemporânea, é marcada pela aceleração da história e dos ciclos políticos.

Tudo acontece mais depressa, pelo que se exige, aos agentes políticos, preparação e conhecimento, sob pena de nos deslumbrarmos perante uma das dimensões do fenómeno, e esquecermos outras.

O século XXI tem diversas variáveis, que convém tenhamos presente.

A primeira destas variáveis é a relativa às alterações climáticas. Negar este fenómeno equivale a um ato de cegueira. Pior, de negar uma evidência que está à vista de todos.

Oeiras tem realizado os estudos necessários para uma correta adaptação ao fenómeno, recusando, não obstante, paralisar em face do problema. Os problemas exigem ação, é isso que temos feito.

Devido às boas práticas que vimos desenvolvendo, bem patentes nos prémios que há pouco enunciei, as metas de descarbonização de 2030, um fator essencial para o equilíbrio da vida futura, foram atingidas por nós em 2020.

Tendo referência o ano de 2008, deveríamos ter uma redução de emissões de carbono de 20% até 2020, que em 2018 já estava atingida. Prevendo-se que a meta de redução de 40%, até 2030, seja superada nessa data, pois comprometemo-nos reduzir 70% até esse ano.

Em 2050 contamos atingir a neutralidade carbónica!

Para tal, contamos com os novos espaços verdes, já projetados, com o reforço do cuidado com a vida subaquática, nas nossas linhas de água, e com os projetos de biodiversidade que estamos a implementar.

Também a este nível, na transição energética, destaque-se o facto de Oeiras ter sido reconhecido como o Município português com mais carregadores para veículos elétricos, em relação aos quilómetros de estradas. Somos o 5º município europeu, nesse indicador.

Também na transição energética, destaque para o trabalho já realizado para perceber o potencial fotovoltaico de Oeiras, que os Departamentos de Habitação e Obras Municipais têm vindo a realizar, com vista a equipar todos os edifícios públicos do Concelho com aqueles painéis.

Destaque ainda para a renovação da frota municipal, com pendor para a aquisição de veículos elétricos, e para o que vimos realizando na mobilidade, onde sabemos estar perante um tempo de revolução paradigmática, no qual estamos alinhados com os outros municípios da nossa região, adotando as melhores práticas e indo ao encontro do futuro.

Nessa relação com os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, salientamos a integração, desde a primeira hora, da criação dos Transportes Metropolitanos de Lisboa e da Carris Metropolitana, tendo o Município transferido as suas competências na AML nesta matéria.

Os transportes são, como é conhecido, o calcanhar de Aquiles da nossa região, retirando-nos competitividade relativa, drenando recursos ao País (com utilização em massa de veículos particulares) e dificultando em tempo e finanças a vida do cidadão. Foram anos de atraso relativo que parecem finalmente ter terminado, possam os autarcas e os governos continuarem a entender-se na matéria.

Outros exemplos de cooperação intermunicipal na área dos transportes é a nova fase do SATUO, em negociações com o Município de Sintra, que visará unir na zona ocidental do Concelho as duas linhas de caminho-de-ferro, servindo-as e servindo quem ali reside, trabalha ou estuda.

Na zona oriental, destaque para o projeto LIOS, com os Municípios de Lisboa e de Loures, que ligará a zona de Linda-

a-Velha à rede de transportes de Lisboa, concretamente ao metropolitano.

Estes projetos associam-se ao desenvolvimento da mobilidade suave, seja a pedonal, seja de bicicletas ou trotinetes. A rede de ciclovias aumentou consideravelmente, tendendo a aumentar ainda mais. As bicicletas partilhadas e as trotinetes são, já hoje, uma realidade no Concelho.

Oeiras compete, em matéria de investimento com outros polos dinâmicos da Europa, pelo que, caso queiramos manter a nossa competitividade, precisamos de manter os níveis de segurança e qualidade de vida geral, mas precisamos, também, de elevar a qualidade da mobilidade urbana, com vista a podermos continuar a captar os melhores quadros, num mundo cada vez mais competitivo e cada vez mais global.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A qualidade de vida que Oeiras conhece resulta do trabalho do Município, da sua liderança política e do esforço quotidiano dos seus funcionários, mas também de uma comunidade altamente qualificada e altamente exigente.

As ervas que vemos crescer nos passeios fora do nosso território não são aceites em Oeiras.

Um papel fora da papelreira tem uma reação fora do nosso Concelho que aqui não tem: aqui não é aceitável.

Esta comunidade exige, pois, um nível de qualidade de governação "sui generis", com qualidade do estudo e, muitas vezes, de explicação da própria decisão.

Entramos, pois, noutra das grandes tendências da vida atual, o cavalgar da onda populista, quer através de uma comunicação social preguiçosa, quer através da manipulação das redes sociais.

Um dos limites da Democracia assenta na sua dificuldade em limitar ou lutar contra os seus próprios inimigos. Se, no passado, a Democracia se fazia com verdade e com factos, a pressão mediática e a elevada degradação da seleção do pessoal político, a falta de um "cursos honorum", permitiu a criação de uma geração de políticos de plástico, sem história ou "curriculum", que se fazem pelos meios mediáticos.

Deixámos de escolher "os melhores da terra", para escolhermos "os que mais aparecem no nosso ecrã". Ou, dito de outra forma, deixamos de escolher quem, pelo seu percurso nos permite que nos revejamos no seu trabalho, para escolhermos quem vemos.

Se, na comunicação social, estamos perante objetivas falhas de regulação, ou faltas de critérios editoriais, no limite casos de conflito de "liberdade de imprensa" com "liberdade de empresa", com as redes sociais, passamos a ter um

megafone que permite “dizer coisas”, ainda que estas não tenham adesão à realidade.

O “algoritmo ditador” passa então a mostrar-nos um determinado conteúdo e, de um momento para outro, a narrativa irreal passa a ser “a verdade”. Os cidadãos vão formando opinião não perante a totalidade dos factos, mas a partir do afunilar de informação que lhes é dada a conhecer.

Vivemos então não “da verdade factual” mas de “narrativas de uma verdade”, deturpando a democracia e colocando-a em risco.

Dizíamos há pouco que a comunidade de Oeiras é mais exigente com a governação. É verdade. Mas lançamos o desafio para que o seja também com a informação que recolhe.

Estes não são tempos fáceis, há quem julgue possível condicionar a informação que os cidadãos recebem e, assim, capturar a opinião pública – que deixa verdadeiramente de ser opinião para ser condicionamento.

É preciso sermos exigentes com as fontes de informação e ler tudo. Formarmos opinião cada vez mais com factos do que com opiniões terceiras ou com narrativas que nos queiram impor.

Este é um importante salto qualitativo que todos precisamos de dar, em Oeiras e no País. A nossa melhor defesa contra

os populismos é recusar ceder às narrativas, e viver de factos e da realidade concreta.

A nossa realidade concreta é a da 2ª economia nacional, com criação de empregos e geração de riqueza para o todo nacional. O Município de Oeiras não recolhe um euro do IVA cobrado no nosso território, recebe pouco do IRS dos seus residentes e menos ainda do IRC, para além da pouca derrama a ele associada.

Acreditamos, verdadeiramente, que o Estado fará bem a sua parte na redistribuição dessa riqueza pelo País, com vista a criar uma sociedade mais justa e mais coesa.

É essa coesão e essa justiça social que temos vindo a procurar para Oeiras. É esse o fim último das nossas políticas.

Procurámos, nos últimos anos, manter os nossos impostos no mínimo legal, como é o caso do IMI, ou devolver parte da coleta, como acontece com o IRS.

Esta lógica de devolução de impostos tem sido seguida com vista a permitir o alívio das famílias, subsequente à crise da troika, e às exigências do seu governo, e às consequências do covid que depauperou a classe média portuguesa.

Agora, perante os investimentos necessários para garantir o bem-estar das famílias de Oeiras, e o desenvolvimento de investimento reprodutivos essenciais para o futuro do

Concelho, poderá ser necessário rever estas decisões, de modo a construirmos as creches, lares da 3ª idade e outros importantes equipamentos sociais.

Equipamentos como o novo Centro de Saúde Mental, inaugurado há alguns dias em Paço de Arcos, no edifício do antigo quartel dos bombeiros, elogiado pelo Ministro da Saúde como um equipamento de referência nacional, no âmbito da saúde mental.

Ou, equipamentos como o novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, que inauguraremos hoje mesmo, e que fecha um ciclo iniciado há mais de 30 anos, no qual todos os quartéis de todas as associações de bombeiros de Oeiras são novos ou remodelados. Todos!

Também nesta área, da proteção civil, mostramos como o planeamento de longo prazo funciona.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É nesta crença do futuro que sabemos que o futuro é hoje. O futuro é semear para amanhã sabendo que a hora é esta! Não podemos exigir a nenhuma geração que abdique de si própria e do seu tempo, para viver de miragem.

A vida boa que queremos e que ambicionamos é para já!

Vida boa é sabermos que nós sabemos, bem como todos outros sabem, que acordamos com um teto seguro, que nos cobre, num universo a que chamamos casa.

É por isso mesmo que não abdicamos hoje, como não abdicámos no passado e exigiremos amanhã, que cada um de nós tenha o seu abrigo, tenha o seu castelo. Não importa o número de casas necessárias, importa que o ser humano tem direito a ter uma vida decente. Nesta matéria, seja habitação pública para famílias carenciadas ou para a classe média empobrecida, seja, ainda, para habitação jovem.

Por essa razão, aplaudimos a coragem do Governo da República e a sua proposta de alterar a Lei dos Solos, permitindo que se construa habitação pública, exclusivamente pública, em terrenos rústicos, permitindo que os pobres tenham uma vida boa de verdade, não uma vida boa de ilusão num qualquer universo paralelo que não existe.

Vida boa é saber que os nossos filhos, mesmo que a vida não lhes tenha dado um ponto de partida de poucas dificuldades, possam ter a liberdade de exercer livremente a sua igualdade de oportunidades, balizados apenas pelo seu talento e pelo seu carácter.

Vida boa é saber que os nossos pais, mesmo que não tendo tido uma vida afortunada economicamente, tenham direito a

um fim de vida digno. Com acesso a lar, cuidados de saúde e um envelhecimento ativo para um ocaso feliz.

Vida boa é saber que temos os espaços verdes de fruição. Justiça e coesão social. Saber que somos gente. Que somos dignos, que somos iguais!

Vida digna, vida boa, no nosso País, é o que procuramos alcançar, com o nosso trabalho, todos os dias!

A hora é esta! A nossa hora é esta, a hora de todos é em cada momento!

Por isso, é também hora de expressar o profundo agradecimento a todos os funcionários, colaboradores ativos da Câmara Municipal, das empresas municipais, das Freguesias; mas, também, dos nossos bombeiros, das forças de segurança, das associações culturais e desportivas; da entrega das IPSS; e, da pujança das nossas empresas, das grandes e das pequenas – de todas.

Oeiras é isto.

Termino justamente no momento de agradecer sentidamente às pessoas, instituições e empresas a seguir aos homenageados pelo fizeram pela nossa comunidade. Dos mais humildes aos mais afortunados, todos acrescentaram o seu grão ao monte que coletivamente subimos para ver o futuro.

Muito obrigado a todos!

Viva Oeiras!

Viva Portugal!